

Audição Pública - Os desafios da Educação Inclusiva no Ensino Superior | 12 maio às 10h00.

Começo por saudar a iniciativa da Audição Pública da Assembleia da República, bem como por agradecer à Comissão Parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, ao Grupo de Trabalho da Educação Inclusiva, aos senhores(as) deputados(as) e a todas as instituições e pessoas que participaram nesta sessão e que se têm debruçado sobre a Inclusão Educativa e, mais especificamente, sobre a Inclusão no Ensino Superior.

Quando se fala em inclusão como um processo e um direito de todos é preciso considerar não apenas os alunos com necessidades específicas, mas toda a comunidade educativa, na sua diversidade. Entre os grupos mais vulneráveis é importante não esquecer também aqueles que têm dificuldades de inserção por fatores de ordem económica e cultural, bem como os estudantes imigrantes e em mobilidade nacional e internacional.

A inclusão coloca desafios à entrada, à saída e ao longo da permanência dos estudantes no ensino superior. São desafios para a tutela, aqui implicando diversos ministérios, para as instituições do ensino superior, mas também para as instituições do ensino secundário e para a sociedade civil. É precisa uma concertação entre organismos públicos, entre estes e privados, e inclusive entre países com alunos em mobilidade, para o desenvolvimento de políticas, estratégias e práticas que favoreçam a agilização dos processos e o derrube de barreiras.

Em primeiro lugar parece importante conhecer os problemas e sensibilizar para esta demanda social e educativa, pelo que iniciativas desta natureza são muito bem-vindas. Mas a investigação e reflexão feita por grupos de trabalho e investigadores parece não ter as repercussões que gostaríamos, nomeadamente ao nível da legislação e da alocação dos recursos necessários, mas também ao nível das culturas organizacionais, currículos e práticas pedagógicas, serviços de apoio e relações quotidianas. São temas que precisam tornar-se visíveis em diversos fóruns e é na complementaridade de ações e no comprometimento comum que temos de apostar.

Reitero tudo o que foi dito acerca da necessidade de infraestruturas e recursos didáticos, tecnológicos e humanos, alocando pessoas e dinheiros para a criação e desenvolvimento de apoios já existentes, como bolsas, residências e serviços especializados, com equipas multidisciplinares, dispositivos de mediação e redes entre escolas e entre instituições. Trata-se de prevenir problemas de exclusão social e académica, de derrubar barreiras e de encontrar soluções criativas.

Corroboro a necessidade de formar a comunidade educativa, não só os docentes, mas também os funcionários não docentes e os estudantes, para que possam colaborar no desenvolvimento

de projetos e ações favorecedores de inclusão, tornando-se conscientes dos problemas, capacitando-se e ampliando a sua esfera de intervenção.

Trata-se não apenas de desenvolver escolas inclusivas, mas também de formar para a inclusão e equidade fora dos espaços escolares, como princípios de cidadania participativa. Daí, também, a relevância de integrar a inclusão como problemática a aprofundar nos cursos de graduação e pós-graduação, de desenvolver competências transversais como a interculturalidade, comunicação, liderança, autonomia, literacia digital, de criar iniciativas e projetos com as comunidades locais e de desenvolver redes nacionais e internacionais.

12 de maio 2021

Ana Paula Caetano

Professora Associada,

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa